



CONHEÇA A IPSS
**ASSOCIAÇÃO
PROTETORA
DOS DIABÉTICOS
DE PORTUGAL**

É TEMPO DE BALANÇO!



MODELO SOCIAL EUROPEU
E COOPERAÇÃO

**OPINIÃO DE PEDRO
MOTA SOARES**



EM FOCO

**A SEGURANÇA NOS
EQUIPAMENTOS SOCIAIS**



JOSÉ CARLOS BATALHA,
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

É TEMPO DE BALANÇO!

Aqui está mais uma edição do Boletim da UDIPSS Lisboa, que apresenta notícias e eventos do último trimestre de 2023. Continuamos também, tal como as anteriores edições, a registar a opinião de personalidades ligadas ao Setor Social, nomeadamente de ex-ministros, e é a vez de Pedro Mota Soares, que escreve sobre Cooperação e o modelo social europeu.

Neste início de ano de 2024 importa fazer um balanço! Para perceber se o rumo está certo. E se somos responsáveis e conscientes a fazer o que fazemos e como o fazemos.

Registo a assinatura do Compromisso de Cooperação 2023-24, que prevê um reforço financeiro de 123 milhões de euros, mesmo ao cair do pano do governo. E agora vamos para eleições legislativas antecipadas, com os líderes partidários a desdobrarem-se em promessas, visitas e (algumas) frases feitas.

Que se lembrem sempre que o setor social solidário está por direito próprio e representa as pessoas que necessitam dos serviços que prestamos, sobretudo as mais vulneráveis. E que não olhem para as instituições como se fossem apenas um mero boletim de voto.

Considero também que o balanço tem de ser feito pelo Setor Social, pelas Instituições e os seus dirigentes. Se estamos todos a remar para levar o nosso “barco” para o porto seguro, ou se alguns estão apenas preocupados em manter as suas “jangadas” à superfície.

A formação dos recursos humanos e a comunicação interna e externa apresentam-se como necessidades a valorizar e priorizar dentro das Instituições. E serão, por isso, apostas da UDIPSS Lisboa para 2024.

Estamos também em fim de mandato e, para as eleições que se irão realizar no início deste novo ano, apresentam-se órgãos sociais comprometidos com a missão e os objetivos da UDIPSS Lisboa!

Seguimos juntos, em união, pela União! ●●

21º ANIVERSÁRIO DA UDIPSS LISBOA - 27 NOVEMBRO 2023

São já 21 anos ao serviço das Instituições Particulares de Solidariedade Social do distrito de Lisboa.

Lembramos todos os dirigentes que nos antecederam, pelo seu trabalho de apresentar e reforçar esta União.

Cabe aos atuais dirigentes prosseguir essa missão e responder aos desafios que se colocam ao setor da Economia Social.

E porque juntos somos, sem dúvida, mais fortes, sublinhamos a importância de fazermos parte da estrutura da CNIS, e a relevância de reforçarmos o diálogo e proximidade com outras entidades do setor social, com as autarquias e as empresas.

E porque a nossa força vem de dentro, apelamos a que mais IPSS do distrito de Lisboa se juntem a nós! Conheçam os benefícios de serem associadas da UDIPSS Lisboa, e tragam até nós as vossas ideias e projetos.

Festejamos este aniversário com a certeza de que todos os dias trabalhamos pelas Instituições e por esse bem maior, que são as Pessoas. ●●



ASSEMBLEIA GERAL



Decorreu no dia 18 de Novembro, nas instalações da Associação de Beneficência "Casas de S. Vicente de Paulo, em Lisboa, com a ordem de trabalhos para discutir e aprovar o Plano de atividades e orçamento para 2024.

Da reunião saiu a aprovação da Moção **"PELO REFORÇO DE CAPACITAÇÃO FINANCEIRA DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O SETOR SOCIAL SOLIDÁRIO"**, com a seguinte deliberação:

"As Instituições do Distrito de Lisboa recomendam e apoiam totalmente a Direção da CNIS, para que articule



de imediato com o Governo no sentido de serem exigidos aumentos de valor nunca inferior a 12% em todos os acordos de cooperação, com aplicação a janeiro de 2024, sem prejuízo de posteriores negociações a decorrer durante o ano." A Moção foi discutida na Assembleia Geral da CNIS, no dia 25 de Novembro, em Fátima.

O documento foi também enviado para todas as Câmaras Municipais e Assembleias Municipais do Distrito de Lisboa, assim como a todos as Associadas da UDIPSS de Lisboa. ●●

O QUE DIZEM OS AUTARCAS?

Os Municípios receberam, em Abril de 2023, as competências da área Social, no âmbito do processo de transferências para o Poder Local. Nesta edição, apresentamos a avaliação feita pelo presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais.

- O que muda com a Transferência de Competências no domínio da Ação Social, no seu concelho?

Por princípio vimos defendendo, desde sempre, a aplicação do princípio da subsidiariedade à governação local, e à aproximação das competências e do exercício do poder dos cidadãos.

Na realidade tudo acontece no território, e é o Poder Local que está mais próximo do território e, consequentemente, do cidadão.

O Município de Oeiras considera a área da coesão social um importante eixo de intervenção prioritária no sentido de contribuir para o desenvolvimento socio territorial do Concelho. Deste modo, tem, desde há uns anos, na base da sua intervenção social uma metodologia de atendimento social integrado, considerando o princípio da otimização de recursos e a não sobreposição de intervenções.

Reconhecendo-a como uma boa prática, tem-se vindo a aperfeiçoar procedimentos no atendimento e acompanhamento de proximidade aos munícipes em situação de vulnerabilidade social. Com a implementação do SAASI – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, o Município garante o atendimento aos indivíduos/famílias que recorrem aos serviços autárquicos, através de técnicos no Município de Oeiras e das Juntas/Uniões de Freguesia, com formação em diversas áreas, fomentando uma intervenção qualificada, preparada para este novo desafio e multidisciplinar.

Um modelo integrado de intervenção, destinado a indivíduos e famílias, implica uma conceção abrangente da intervenção (perspetiva ecológica e integrada), equipas diferenciadas (multidisciplinares/transdisciplinares) e a formalização de parcerias estratégica (intervenção em rede com partilha da informação, ajustamento de objetivos e de estratégias de intervenção comuns, com a ativação dos re-



ursos necessários para responder às necessidades de cada indivíduo/família).

O Município já tinha vários programas em curso antes da transferência de competências, que visavam a resolução de situações sociais, como é o caso do Fundo de Emergência Social; do programa Saúde+; dos centros comunitários localizados em empreendimentos municipais; dos Gabinetes de Inserção Profissional; do Centro Qualifica do Município de Oeiras; do Núcleo de Planeamento e Intervenção com pessoas em situação de Sem-abrigo (NPISA) de Oeiras – dirigido à população em situação de sem-abrigo; do Hostel

Social – estrutura inovadora, em parceria com entidade do 3º setor, para resposta a situações emergenciais; entre outros. Estas respostas não só se mantêm como foram, algumas delas, amplificadas, reiterando a intenção do Município de Oeiras de assumir o seu compromisso no âmbito da transferência de competências, de forma eficaz e integrada.

Destacam-se três mudanças significativas neste processo, decorrentes do reforço da proximidade aos munícipes e parceiros sociais, possibilitada por este novo modelo de intervenção, designadamente: pela assunção da coordenação do Núcleo Local de Inserção (NLI) de Oeiras e da intervenção no âmbito da prestação de Rendimento Social de Inserção, junto dos seus beneficiários; a gestão das situações de emergência social, anteriormente sobre a alçada do Instituto de Segurança Social, IP; e, o acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social, que permite o acesso a informação privilegiada para o acompanhamento dos processos sociais.

- Como está a ser articulada a nova competência da autarquia com os dirigentes, atividades e valências do Setor Social no concelho?

O Município de Oeiras, já anteriormente à transferência de competências, mantinha um registo de estreita articulação com as entidades do setor social, potenciadas pelo trabalho da Rede Social de Oeiras, que funciona desde 2002, numa relação amadurecida. Mantêm-se assim estas boas práticas, através da realização de reuniões de trabalho mensais, por território, com a participação de parceiros estratégicos, nas áreas da ação social, saúde, emprego, poder local, forças de segurança pública, educação, entre outras. Nestes encontros são discutidos os casos mais complexos, promovendo uma visão holística e personalizada de cada situação em particular, assim como definidos planos de ação conjuntos, atendendo às problemáticas identificadas. Estes planos de intervenção integrados têm permitido uma maior centralização das respostas e otimização de recursos, um maior envolvimento dos parceiros na resolução das situações e facilitado a proximidade dos indivíduos/famílias com os serviços, reforçando e promovendo a integração social dos nossos munícipes.

- Prioridade(s) e/ou Desafio(s) para esta nova competência autárquica?

Face as rápidas mutações e dinâmicas sociais torna-se importante uma reflexão sobre o desenvolvimento de novos desafios e de novas respostas sociais de apoio às famílias, bem como novas formas de intervenção que sejam mais ajustadas, mais personalizadas e focadas na indi-

“A transferência de competências tem de ser acompanhada da correspondente transferência dos recursos e meios financeiros (...) Caso contrário, não estaremos perante uma real transferência de competências, mas apenas de uma transferência de guichet.”

vidualidade de cada sujeito e que, por isso, adquiram uma relevância significativa no contributo para o bem-estar das pessoas.

Acresce, ainda, o facto de Portugal se encontrar a atravessar, uma crise económica e social, com efeitos na vida quotidiana dos cidadãos, seja decorrente das altas taxas de juros ou da inflação, ou ainda da crise na habitação.

Deste modo, vivemos uma tempestade perfeita que se abate sobre os cidadãos e na qual cabe ao Estado ser o apoio de último recurso.

Ciente desta realidade encontra-se perspetivada a construção de novas habitações municipais, tendo inclusivamente já sido assinado protocolo com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para a construção de mais de 1400 novas casas para renda acessível e para renda apoiada.

As prioridades do Município de Oeiras são todas as que dizem respeito às condições mínimas de dignidade, para que a pessoa humana seja “Cidadão”: casa, saúde, educação, etc...

Os pilares do Estado Social moderno, são as nossas prioridades políticas, em matéria de ação social.

É a defesa e garante desses pilares que permitirão colmatar os constrangimentos na intervenção concertada e transformadora da vida vidas pessoas e, conseqüentemente, contribuir para a quebra dos ciclos de pobreza.

Naturalmente que a transferência de competências tem de ser acompanhada da correspondente transferência dos recursos e meios financeiros, por forma a que essas competências sejam colocadas, efetivamente, ao serviço das pessoas. Caso contrário, não estaremos perante uma real transferência de competências, mas apenas de uma transferência de guichet. ●●

Isaltino Morais

Presidente Câmara Municipal de Oeiras

Continuamos a registar a opinião de personalidades que conhecem bem o Setor Social e Solidário. Nesta edição, apresentamos a visão do ex-ministro Pedro Mota Soares sobre a Cooperação.

UM POUCO POR TODA A EUROPA SE DISCUTE O FUTURO DO ESTADO SOCIAL

O modelo social europeu é, aliás, a diferença identitária da Europa em relação ao resto do mundo. Se hoje as nações europeias são um exemplo global, muita da justificação reside no modelo social que várias gerações souberam edificar.

A importância de o reconhecermos hoje é tão relevante quanto a importância do futuro que lhe pretendamos dar.

Em 2013, o Papa Bento XVI dizia na sua Mensagem da Paz:

“o obreiro da paz deve ter presente também que as ideologias do liberalismo radical e da tecnocracia insinuam, numa percentagem cada vez maior da opinião pública, a convicção de que o crescimento económico se deve conseguir mesmo à custa da erosão da função social do estado e das redes de solidariedade da sociedade civil, bem como dos direitos e deveres sociais. Ora, há que considerar que estes direitos e deveres são fundamentais para a plena realização de outros, a começar pelos direitos civis e políticos.”

É com esta lógica presente que julgo que devemos edificar o futuro do Estado Social. Seja na Europa, como em Portugal.

Só se consegue chegar onde se pretende, sabendo donde se parte.

Se queremos falar do futuro temos de perceber qual o nosso ponto de partida para, nesse sentido, percebermos e definirmos o caminho a percorrer.

Uma imagem poderosa acompanha-me desde os tempos difíceis da pandemia.

A imagem de um homem sozinho na vazia Praça de São Pedro, sozinho e frágil, sozinho e humano e frágil porque é humano e está sozinho.

A imagem do Papa Francisco, mas acima de tudo o seu exemplo, as suas palavras e a sua lucidez têm sido o farol para estes tempos de tormenta, neste mundo que de repente se tornou um local cheio de ameaças.

“Ninguém se salva sozinho” disse-nos o Santo Padre. Mas também nos disse que: *“a globalização da indiferença vai continuar a ameaçar e a tentar o nosso caminho. Queira Deus que nos encontre com os anticorpos necessários da justiça, da caridade e da solidariedade”*.

Ao “caminho da indiferença” temos de contrapor o caminho da humanidade, da “justiça, caridade e da solidariedade”, em suma o caminho da misericórdia.

O Estado, especialmente ao nível da administração central, tem de perceber que não deve (nem pode) fazer o caminho sozinho.

O modelo social europeu, de que tanto nos orgulhamos e que tanto sentido faz em tempos como estes, não foi criado à imagem solitária do Estado. Não é apenas do Estado e muito menos apenas e só do Estado ao nível central. O modelo social europeu é uma construção de parceria, de diálogo e concertação social, de chamada à participação na tomada de decisão, mas também na execução das medidas. Em Portugal essa parceria com o Sector Social tem um nome – Contratualização com o Sector Social.

Reconhecer o papel das instituições sociais não pode significar desresponsabilizar o Estado ou as suas funções sociais.

Pelo contrário, o papel de um Estado responsável é reconhecer e aproveitar a presença e atividade das Instituições Sociais.

Até porque olhando para o futuro, para os desafios que vamos atra- →

“O modelo social europeu é uma construção de parceria (...) Em Portugal essa parceria com o Sector Social tem um nome – Contratualização com o Sector Social.”



**LUÍS PEDRO RUSSO
DA MOTA SOARES**

Advogado e político.

**Foi Ministro da Solidariedade,
Trabalho e da Segurança Social
entre 2011 e 2015.**

**Foi deputado à Assembleia da
República e presidente do grupo
parlamentar do CDS-PP.**

**Atualmente, é Secretário-Geral
da Associação dos Operadores
de Comunicações Eletrónicas
(APRTEL). E presidente da
Assembleia Municipal de Cascais.**

vessar, hoje percebemos que o Estado não terá capacidade, por si só, de chegar a todas estas situações. Com orçamentos limitados, com novos desafios na proteção social, no envelhecimento da população, na proteção na saúde e no combate à exclusão, o Estado terá de saber escolher os melhores parceiros para poder continuar a exercer a sua função social.

Hoje sabemos que a melhor resposta social é aquela que é dada em parceria. Com contratualização.

Aquela que conta com o contributo de todos.

E temos de contar com o contributo de todos.

Portugal deve muito à Economia Social e Solidária. São as instituições que a compõem e os trabalhadores que nelas se esforçam diariamente que nos permitem atravessar as dificuldades com outro alento. Com outra força.

A força de um país coeso, unido pela vontade de vencer e consolidado pela solidariedade.

Olhando para o futuro e atentos ao momento que a Europa e o Mundo vivem, temos de continuar a chamar a atenção dos decisores económicos e políticos para a importância da Economia Social.

Falamos muito da economia da partilha. A Economia Social é a primeira de todas as economias da partilha. E a Economia Social é a que tem a maior capacidade de manter a coesão – essencial para combater a exclusão, a frustração dos que se sentem deixados para trás, excluídos da globalização e terreno fértil para os populismos.

A tradição portuguesa, enquanto expressão de um modelo social e económico inspirado nos valores da solidariedade, da justiça e equidade em prol da coesão social, da democracia e da participação cívica é antiga.

Ao longo da nossa história quanto mais forte foi o pulsar da solidariedade mais forte ficou Portugal.

Ao olhar para o futuro temos de perceber que é essa solidariedade e coesão que temos de garantir.

Portugal pode ser um extraordinário exemplo de inovação económica e social. O que tem vindo acontecer na resposta e acção social em entre nós pode e deve ser replicado a nível europeu.

Portugal é pioneiro e inovador na promoção e fortalecimento deste tecido vivo constituído por Instituições Particulares de Solidariedade Social, Mises-



ricórdias, Cooperativas, Mutualidades, Associações de desenvolvimento local, Associações de recreio e lazer, Fundações e outras organizações com tantas designações diferentes.

Em conjunto, todas estas entidades que sabemos hoje serem mais de 55 mil em território nacional, asseguram o cimento social que é força de uma nação. Da nação com as fronteiras estáveis mais antigas do

mundo.

Sabemos como a coesão social é fundamental para superarmos as dificuldades.

Se a solução está na coesão social o terceiro sector poderá ser o seu catalisador e as diversas entidades os seus mais dignos representantes.

Enquanto parceiros ativos do desenvolvimento local, estas entidades constituem-se como impulsionadoras da coesão territorial, combatendo a desertificação, promovendo a sustentabilidade dos territórios onde estão ancoradas e assegurando e criando postos de trabalho.

As entidades do sector da Economia Social, por não se deslocalizarem, por, mesmo em contraciclo, conseguirem desenvolver-se e criarem novos postos de trabalho têm um valor incalculável.

Quer isto dizer que junto com as entidades da Eco-

“Deixem-me dar-lhes um exemplo: o Sector Social emprega hoje 250 mil pessoas. Imaginem o que representaria para a administração pública a contratação de igual número de trabalhadores. Quanto representaria isso na despesa do Estado, sem que o retorno fosse tão positivo?”

“Portugal deve muito à Economia Social e Solidária. São as instituições que a compõem e os trabalhadores que nelas se esforçam diariamente que nos permitem atravessar as dificuldades com outro alento. Com outra força.”

nomia Social é possível gerar riqueza de inquestionável valor social e humano. É possível assegurar a manutenção do modelo social europeu que é símbolo para o mundo inteiro da conquista civilizacional trilhada, que é matriz identitária da Europa e que pretendemos preservar.

Mas isso implica aprofundar um modelo de resposta social de parceria.

Um novo paradigma de resposta social que justamente ajude a preservar o tal património único no mundo, que é o modelo social europeu e a proteção que este presta aos cidadãos.

Não fosse esta parceria com as Instituições Sociais, o Estado por si não conseguiria responder de forma tão eficaz, não estaria tão próximo de quem, efetivamente, precisa e ainda assim para o fazer despenderia muito mais do erário público.

Deixem-me dar-lhes um exemplo: o Sector Social emprega hoje 250 mil pessoas.

Imaginem o que representaria para a administração pública a contratação de igual número de trabalhadores. Quanto representaria isso na despesa do Estado, sem que o retorno fosse tão positivo?

De forma sustentável, o rumo em parceria, dá resposta a estas pretensões.

Pretensões de cada indivíduo. De cada comunidade. Mas que todos somos chamados a edificar na satisfação de interesses coletivos.

Um país onde uma família tenha mais oferta de creches para deixar o seu filho. Um país onde o idoso escolhendo ficar em casa é cada vez mais acompanhado. Um país onde os mais idosos, optando por um lar, encontrem boas condições. Um país com cuidados continuados de qualidade, próximos e acessíveis. Um país que garanta proteção às crianças e jovens em situação de risco. Um país que promova a inclusão aos que têm deficiência.

Pois é este o espírito, um espírito de funcionamento em rede e de partilha, que a Economia Social tem também subjacente enquanto valorização da pessoa humana e afirmação da intervenção coletiva em prol das comunidades.

Assumir que ninguém se salva sozinho deve levar-nos a convocar o melhor que o Estado Social tem, as autarquias, as instituições sociais, os empregadores e sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais, os voluntários. É preciso contar com quem já está no terreno e é preciso incentivar quem, muitas vezes com sacrifício pessoal, dá o melhor de si para ajudar os outros. Tenho a firme convicção que mesmo todos juntos, todos vamos ser poucos.

As Instituições Sociais devem ser um parceiro fundamental neste caminho. Não só na resposta que já

“Assumir que ninguém se salva sozinho deve levar-nos a convocar o melhor que o Estado Social tem, as autarquias, as instituições sociais, os empregadores e sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais, os voluntários.”

prestam através dos vários equipamentos sociais existentes do norte a sul de Portugal, mas também na proteção e promoção de direitos dos que são os mais excluídos dos excluídos da sociedade portuguesa, especialmente daqueles que podem ser colocados numa situação nova de fragilidade e pobreza e que precisam de uma resposta excecional.

O tempo agora é de construir esse caminho em conjunto. De acreditar na capacidade, capilaridade, competência e proximidade dessa enorme rede social de solidariedade, em que muitos dos laços mais fortes são as Instituições Sociais.

Se aprendemos alguma coisa com as lições do passado, então temos de assegurar a coesão social que é, em si mesmo, um elemento fundamental para garantir que saímos mais rapidamente da crise económica e social que estamos a começar a viver. E o sector social foi vital para garantir essa coesão. ●●



Sede da APDP, sita na Rua Rodrigo da Fonseca, em Lisboa.

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS DIABÉTICOS DE PORTUGAL

UM EXEMPLO DE COMO O VALOR DA SAÚDE NO SECTOR SOCIAL FALA POR SI

Em 1926, um português fundou uma associação que hoje continua única no mundo.

Ernesto Roma, médico diabetologista, viajou para os Estados Unidos em 1922 e assiste ao início do “milagre” da insulina nas visitas que faz à clínica Joslin, para onde foram enviados os primeiros frascos do produto. De volta a Portugal, cria a primeira associação de diabetes do mundo que, com o apoio de mecenas, distribui insulina às pessoas com diabetes que não tinham meios financeiros para a adquirir.

Assim nasce a APDP – Associação Protectora dos Diabéticos Pobres, com o propósito, além de dar insulina, de ensinar as pessoas com diabetes a gerirem a sua própria doença, facilitando-lhes a vida e criando um serviço clínico ímpar que acompanha

e ajuda as pessoas ao longo da sua vida com diabetes e nas múltiplas vertentes da doença.

Ernesto Roma foi também pioneiro na introdução do conceito de Educação Terapêutica no tratamento com insulina, em Portugal, pois cedo percebeu que só desta forma a pessoa com diabetes conseguiria adquirir a autonomia e a independência imprescindíveis para uma plena integração na sociedade. Aos médicos, competia acompanhar periodicamente a pessoa e intervir em caso de complicações e intercorrências.



Médico diabetologista Ernesto Roma, fundador da APDP

Esta é a génese do aparecimento da associação que, em 1973, altera a sua designação para outra mais apropriada à sua verdadeira missão e atividade, pois na APDP as pessoas encontravam muito



Museu da APDP - espaço que conta a História da Diabetes. Com visitas guiadas para grupos. Marcações: diabetes@apdp.pt

mais do que medicação. Encontravam educação, apoio, motivação, acompanhamento e prevenção das consequências da diabetes. Mantem a sigla e passa a ser denominada de Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal (APDP).

A APDP é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que presta cuidados de saúde de carácter preventivo, curativo e de reabilitação, integrando socialmente e na comunidade as pessoas com diabetes, defendendo os seus direitos e garantindo a sua proteção, em particular das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade. É uma associação que serve de exemplo para a importância de um trabalho integrado e de proximidade, desenvolvido por múltiplos profissionais de saúde do sector social.

A visão da APDP e da sua equipa é uma visão que não é centrada na doença, mas na pessoa e nos seus cuidados integrados e multidisciplinares. A APDP existe para: 1) apoiar as pessoas com diabetes, seus familiares e cuidadores, prestando-lhes serviços clínicos e educativos de qualidade; 2) construir uma relação terapêutica indispensável à prestação de melhores cuidados na consulta individual multidisciplinar e na educação em grupo, integrando a pessoa com diabetes no seu processo de tratamento; 3) desenvolver projetos de investigação, em parceria com organizações nacionais e internacionais, com vista à melhoria do tratamento e à cura da diabetes; 4) colaborar no desenvolvimento de políticas pú-

blicas centradas nos direitos e nas necessidades das pessoas com diabetes.

Adicionalmente, importa salientar que na diabetes é essencial olharmos para os fatores não clínicos, relacionados com as determinantes sociais da saúde, nomeadamente o estatuto socioeconómico da pessoa (educação, rendimento e ocupação), a sua vizinhança e o ambiente circundante (habitação, exposições ambientais), o ambiente alimentar (insegurança alimentar e acesso aos alimentos), os cuidados de saúde (acesso, acessibilidade e qualidade), e, por fim, o contexto social (apoio social e coesão social). →



Rastreamento do pé diabético em lares e centros de dia



Ação de avaliação de risco de diabetes tipo 2

Atualmente, a APDP pretende contribuir para dar resposta a todos estes condicionantes, contando, para tal, com cerca de 130 funcionários, entre médicos de diferentes especialidades, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, farmacêuticos, técnicos superiores de saúde, assistentes sociais, administrativos e auxiliares de ação médica. Trata-se de uma equipa multidisciplinar, empenhada e envolvida no acompanhamento próximo e na prestação dos melhores cuidados de saúde e sociais às pessoas com diabetes que procuram a associação. Atende mais de uma centena de pessoas por dia e tem mais de 15 mil associados.

O seu centro clínico dispõe de consultas de especialidade (diabetologia, endocrinologia, cardiologia, nefrologia, nutrição, pediatria, podologia, psicologia, psiquiatria, saúde sexual e reprodutiva e urologia), de um gabinete do cidadão, de consultas de serviço social, de um departamento de projetos, estudos e ensaios clínicos, de um departamento de recursos humanos, de um departamento de contabilidade e finanças, de uma farmácia, de um bloco operatório para cirurgias oftalmológicas e de um laboratório de análises clínicas.

Paralelamente às consultas, a APDP oferece outro conjunto de respostas clínicas e sociais, como: serviços domiciliários na área do pé diabético e da baixa visão; grupos de entreatajuda, como os encontros entre jovens e jovens adultos seguidos na associação e promovidos pelo seu Núcleo Jovem; integração em grupos e redes de trabalho; elaboração e participa-

ção em projetos de cariz comunitário, com o objetivo, entre outros, de promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas com diabetes. Um exemplo de um projeto comunitário em curso é o “Diabetes em Rede”, no qual especialistas da APDP deslocam-se a lares e centros de dia do Alentejo e do Algarve, para realizarem formação às pessoas e aos seus cuidadores e ações de rastreio ao pé e aos olhos dos utentes com diabetes.

A APDP foi a primeira a ser reconhecida entre os nove centros mundiais de Educação existentes da Federação Internacional de Diabetes e é o único Centro de referência europeu em Educação Terapêutica. É também um dos dez Centros europeus para o tratamento e acompanhamento das crianças e adolescentes com diabetes: Centro de Referência para a Diabetes Pediátrica. Os membros da sua Direção sempre integraram os órgãos sociais daquela que é a organização chapéu das associações europeias da diabetes:

a Federação Internacional da Diabetes – Europa. Recentemente recebeu ainda a distinção da Organização Mundial da Saúde como exemplo de boas práticas no tratamento da diabetes durante a pandemia da COVID-19 e foi aceite como membro consultivo da Organização das Nações Unidas.

Parcerias com a Universidade Nova de Lisboa e o Instituto Gulbenkian de Ciência estiveram na origem de numerosos trabalhos de investigação apresentados em reuniões nacionais e internacionais. ●●



José Manuel Boavida
Presidente da APDP

CNIS VOLTA A ESCREVER AOS PARTIDOS POLÍTICOS

No âmbito das eleições legislativas antecipadas, que se realizam a 10 de março, e mantendo o que fez em ocasiões semelhantes, a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade apresentou aos diversos partidos um conjunto de contributos e questões que se colocam ao Setor Social Solidário. A intenção é que essas propostas possam constar dos programas partidários a apresentar no próximo ato eleitoral.

O documento, aprovado em reunião de Direção da CNIS, no dia 15 de janeiro, elenca diversos temas, nomeadamente:

- Retomar processo de revisão constitucional com vista à alteração do nº5 do artº 63º da Lei Fundamental, relativo à Segurança Social e à Solidariedade.
- Regulamentação da Lei de Bases da Economia Social
- Lei nº 30/2013, de 8 de maio, para fazer a distinção entre o Setor Cooperativo e Social e o Setor Privado, tendo designadamente em conta os valores e os princípios que caracterizam um e outro; e a diferenciação entre o Setor Cooperativo e Social e o Setor Público.
- Adequação à Constituição da legislação avulsa respeitante ao regime jurídico das IPSS, designadamente no que se refere à subsistência de referências a uma



relação de tutela que não é, nem legal, nem constitucionalmente, admissível ou aceitável.

- Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, subscrito em 23 de Dezembro de 2021, cuja versão

inicial datava de 1996 – que indicou a repartição equitativa da cobertura gradual pelo Estado de 50% dos custos.

A CNIS entende propor às diversas forças políticas a disponibilidade para a necessária alteração legislativa que consagre a consagração, na percentagem que seja bastante para o efeito, das receitas dos

jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aos encargos do MTSSS com o pagamento das participações da Segurança Social nos acordos de cooperação com as IPSS e entidades equiparadas.

- Com vista à resolução dos problemas habitacionais dos estratos da população mais vulneráveis, a CNIS postula um tratamento fiscal – ao nível do IMI e do IVA - em condições de igualdade com o que se passa noutras entidades do âmbito da economia social – pelo menos no que respeita à construção ou reabilitação de casas para habitação.

O Documento pode ser consultado na íntegra no site <https://solidariedade.pt/>

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2023-2024

Assinado no dia 7 de Dezembro, entre o Governo, a CNIS e as outras estruturas representativas do Setor Social Solidário, o Compromisso de Cooperação determina, entre outros pontos:

- Atualização estrutural de 12% para Lar Residencial e ERPI;
- Atualização de 6% para as restantes valências;
- Apoio extraordinário de 23 milhões, pagos em dezembro de 2023;
- 30% da atualização estrutural de 2024, paga em dezembro de 2023;



@ Foto: Solidariedade.pt

A CNIS está a realizar Sessões de Informação sobre o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – Protocolo para o biénio 2023-2024. A sessão em Lisboa realiza-se no dia 30 de janeiro, n'A Voz do Operário, entre as 10h30 e as 13h30. É necessário fazer a inscrição prévia, limitada a 2 participantes por Instituição, preferencialmente um elemento da Direção e um elemento da equipa técnica.

- 70% da atualização estrutural será paga em duodécimos em 2024;

- Grupo de trabalho que vai avaliar os custos das várias valências, até fevereiro de 2024, e fazer a proposta para o encaminhamento da comparticipação pública para os 50%

- As creches serão atualizadas após as conclusões do grupo de trabalho para efeitos no ano letivo.

SEGURANÇA NOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

A segurança nos equipamentos de natureza social constrói-se pela soma de diversas medidas capazes de contribuir para que, tanto os utentes como os trabalhadores, não estejam expostos ao perigo.

O referido desiderato tem os seguintes pressupostos:

- Os utentes e os trabalhadores têm direito à sua segurança e saúde, garantidas pelas instituições, nas situações identificadas na lei, pela pessoa, individual ou coletiva, que detenha a gestão das instalações em que a atividade é desenvolvida;

- A prevenção dos riscos deve assentar numa correta e permanente avaliação e ser desenvolvida segundo princípios, políticas, normas e programas;

- O desenvolvimento de políticas e programas e a aplicação de medidas a que se refere o número anterior deve ser apoiado por uma coordenação dos meios disponíveis, pela avaliação dos resultados quanto à diminuição dos riscos e a mitigação dos seus efeitos, se os houver.

As instituições particulares de solidariedade social (IPSS) prestam um relevante serviço à comunidade, nas múltiplas valências em que a sua atividade se desenvolve. Para além do apoio social a muitos utentes, estas instituições empregam, para o desempenho da sua missão, milhares de pessoas.

Como todas as organizações, as instituições de cariz social, não estão isentas de risco, estando responsabilizadas por cumprir um conjunto de procedimentos para assegurar as adequadas condições de segurança, nas várias valências que desenvolvem.

A segurança das instituições e de quantos nelas permanecem depende, em parte, do tipo de perigos e riscos a que estão expostos, bem como da

forma como são identificados, mitigados e controlados.

É neste contexto que a organização da segurança dos equipamentos onde se desenvolvem as respostas sociais asseguradas pelas IPSS, assume uma particular importância, numa perspetiva de gestão de qualidade.

A gestão da qualidade numa IPSS pode ser definida como uma atividade coordenada para dirigir e controlar a sua missão no sentido de possibilitar a melhoria dos serviços prestados, com o objetivo de garantir a completa satisfação das necessidades dos utentes e dos trabalhadores.

O fim de uma IPSS é a prestação de um determinado apoio social aos seus utentes. Assim, o foco no utente é um princípio fundamental da gestão da qualidade.

Cabe aos líderes numa IPSS criar e manter um ambiente propício para envolver os utentes e trabalhadores no processo de garantia das adequadas condições de segurança no seu funcionamento. Deste modo, a gestão da qualidade deve compreender o envolvimento de todos.

A traumática experiência vivida aquando da pandemia da COVID-19 veio expor um conjunto de fragilidades e de problemas estruturais, do nosso país. Neste

domínio, os equipamentos sociais não foram exceção.

Todos estamos certamente de acordo com a constatação de que a referida emergência sanitária veio revelar as vulnerabilidades de muitos equipamentos de resposta social. Não há ainda estatísticas rigorosas para avaliar a dimensão deste problema. Mas se cruzarmos as notícias divulgadas pela comunicação social no período, com os dados testemunhados por múltiplos técnicos, bombeiros e outros socorristas, sem dificuldade

“Como todas as organizações, as instituições de cariz social, não estão isentas de risco, estando responsabilizadas por cumprir um conjunto de procedimentos para assegurar as adequadas condições de segurança, nas várias valências que desenvolvem.”



concluimos pela gravidade da situação então vivida.

Por exemplo, nos lares de idosos não se evitaram cadeias de transmissão do vírus, tardou a adoção de medidas de precaução, revelou-se uma deficiente formação de pessoal técnico e auxiliar para lidar com a situação, revelaram-se anomalias no ponto de vista da organização, da higiene, da alimentação e da disponibilização de adequados equipamentos de proteção individual, entre outras falhas. De tudo isto resultou o número verdadeiramente dramático de óbitos ocorridos nestas instituições.

Em face do quadro exposto é tempo de a segurança ser assumida como uma variável incontornável da missão das instituições do setor social.

Um outro domínio tem particular importância na preservação da segurança dos equipamentos sociais. Refiro-me à segurança contra incêndios em edifícios.

A segurança contra incêndios em edifícios possui como princípios gerais a preservação da vida humana e do ambiente, visando reduzir a probabilidade de ocorrência de incêndios ou limitar o seu desenvolvimento, bem como facilitar a evacuação dos seus ocupantes e permitir a intervenção mais eficaz dos meios de socorro. Esta dimensão da segurança está devidamente legislada, constituindo o seu cumprimento uma responsabilidade dos gestores das IPSS. O exercício desta responsabilidade implica a aprovação de Medidas de Autoproteção (MAP).

As MAP consistem em procedimentos de organização e gestão da segurança e têm duas finalidades principais: a garantia da manutenção das condições de segurança definidas no projeto e a garantia de uma estrutura mínima de resposta a emergências. Para além disso implica também a promoção de formação regu-

lar dos utilizadores dos equipamentos, bem como a realização de simulacros.

A legislação em vigor remete para a obrigatoriedade da formação no âmbito da segurança contra incêndios, de todos os funcionários, com ou sem atribuição de funções no âmbito das medidas de autoproteção. Esta formação deve ser programada e organizada de modo que os conteúdos estejam adaptados à população a que se destina, com o principal objetivo de contribuir para que todos conheçam, sem qualquer dúvida, como devem proceder em situação de incêndio.

Todos os que normalmente exercem a sua atividade profissional nos equipamentos devem possuir formação específica, para que nas emergências possam garantir, que os procedimentos que precisam de efetuar, decorram com calma e segurança para eles e para os utentes que auxiliam, evitando o pânico.

Quanto à realização de simulacros, estes têm como objetivo testar os planos de emergência internos e treinar a evacuação de emergência dos locais, retirando trabalhadores e utentes, criar rotinas de comportamento e o aperfeiçoamento dos procedimentos a adotar em caso de acidente ou catástrofe, até à reposição da normalidade. Permite, ainda, testar o planeamento de coordenação, treinar a primeira intervenção pelas equipas de segurança dos edifícios e a articulação com os agentes de proteção civil e a acessibilidade dos veículos de emergência.

No processo de construção da segurança dos equipamentos sociais, é indispensável assegurar o envolvimento dos respetivos utentes e trabalhadores. Na medida em que estes assumam um papel ativo, reforça-se a eficácia e a eficiência dos dispositivos de segurança em vigor no interior da instituição. ●●



Duarte Caldeira
Presidente do Centro de Estudos e Intervenção em Protecção Civil

PLANO DE AÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL

O primeiro Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026 foi publicado no dia 12 de janeiro de 2024, em Diário da República.

É constituído por 83 medidas e 135 atividades, com o foco na promoção da saúde e bem-estar, autonomia e vida independente, proteção de rendimentos, aprendizagem e requalificação de competências, participação no mercado de trabalho e participação ativa na sociedade.

Para o presidente da UDIPSS Lisboa, “é preciso olhar para o retrato real do país” quando se faz um Plano de Ação para os mais velhos.

“Os serviços prestados em Lisboa, na Guarda, em Castelo Branco ou em Bragança não podem ser avaliados da mesma forma, pela Segurança Social, porque as condições das regiões são muito diferentes”, alerta.



José Carlos Batalha defende a realização de uma “caracterização sociodemográfica das localidades, das redes de apoios sociais e familiares, dos serviços existentes” para que, com os resultados, “se possam elaborar verdadeiras políticas de território”.

CONSELHO GERAL DA CNIS

O Conselho Geral da CNIS decorreu no dia 6 de novembro, em Fátima. Estes foram alguns dos pontos em agenda:

- Audições Parlamentares (Altas sociais e Creche)
- Portaria sobre contratação de Amas da Creche familiar
- Portarias sobre Cuidadores informais e ERPI

- Reuniões com as CCDR – Norte, Centro e Alentejo. Foi também apresentado o Orçamento e Programa de Ação para 2024, e discutido o Compromisso de Cooperação 2023-2024 (que estava em negociação, na altura) e atualizações salariais. A reunião contou com a presença de todas as Uniões Distritais e Regionais (Continente e Ilhas) e de todas as Federações.



@ Foto: Solidariedade.pt (Pedro Vasco Oliveira)

ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

A Assembleia Geral da CNIS decorreu no dia 25 de novembro, em Fátima, e, entre outros temas, aprovou a nova quotização.

A partir de janeiro de 2024, a quota das instituições filiais nas Uniões Distritais e Federações passa de 20€ para 35€, enquanto as instituições de âmbito nacional, filia-

das diretamente na CNIS, vão pagar 70€ em vez dos 40€ atuais. Apesar de alguma resistência, após os esclarecimentos da Direção, a que o presidente da Assembleia Geral, José Carlos Batalha, também deu um contributo, o Regulamento de Quotizações foi aprovado por larga maioria.

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA CREVIDE - CASA DA RITA

O evento de angariação de fundos, com o mote das Francesinhas à moda do Porto, juntou cerca de 150 pessoas, que contribuíram para o projeto de apoio a jovens com deficiências graves.



O jantar, que decorreu no dia 18 de novembro, foi seguido de música e muita animação. As cozinheiras foram mães e voluntárias.

47º ANIVERSÁRIO CREVIDE - CRECHE POPULAR DE MOSCAVIDE

A data de aniversário – 6 de dezembro - foi assinalada com bolo, festa e cantaram-se os parabéns nas salas da creche, pré-escolar e catl.



14º ANIVERSÁRIO DO PÓLO COMUNITÁRIO “OS AMIGOS DE SEMPRE”

O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, marcou presença na festa, que aconteceu no dia 21 Novembro, no Pólo em São João da Talha (Loures).

No seu discurso sublinhou a importância do apoio prestado aos mais velhos e a necessidade de juntar esforços para reforçar o setor social.



PALESTRA “SAÚDE MENTAL”



A Fundação CAJIL organizou, em parceria com a APP - Associação Portuguesa de Psicogerontologia, uma palestra sobre Saúde Mental, com a psicóloga Tânia Gaspar.

O evento aconteceu no dia 23 de novembro de 2023, e foi dirigido a técnicos de serviço social.

© Foto: Facebook Fundação Cajil



MERCADO DE NATAL NOS INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

Decorreu nos dias 13 e 14 de dezembro, com um programa que incluiu Concerto de Natal, espetáculo de marionetas, venda de artesanato, bijutaria e doces de Natal.



BAZAR SOLIDÁRIO

A ComDignitatis - Associação Portuguesa Para a Promoção da Dignidade Humana promoveu o Bazar Solidário, nos dias 25 e 26 de novembro de 2023, no Salão Paroquial da Ericeira.



PROCESSO ELEITORAL PARA ÓRGÃOS SOCIAIS DA UDIPSS-LISBOA

Nos termos do Estatuto Jurídico das IPSS - DL 172-A/2014, bem como dos artigos 14º e ss. Dos Estatutos da UDIPSS-Lisboa e ainda em face das disposições do Regulamento Eleitoral, a Mesa da Assembleia Geral informa os associados do início do processo eleitoral respeitante à eleição dos órgãos sociais da UDIPSS-Lisboa, para o quadriénio 2024-2027.

Nestes termos, torna-se público que:

1. O acto eleitoral realizar-se-á no dia 1 de Março de 2024, nas instalações da UDIPSS- Lisboa, sitas na Rua Amílcar Cabral, lote 4, nº 7 – r/c, letra D, 1750-018 LISBOA.
2. O acto eleitoral decorrerá entre as 14:00 horas e as 19:00 horas.

AGENDA

NOVEMBRO 2023

Dia 27

21º aniversário UDIPSS Lisboa

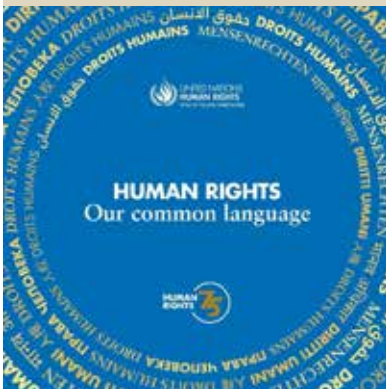
DEZEMBRO 2023

Dia 5

Dia Internacional do Voluntário

Dia 10

75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos



JANEIRO 2024

Dia 15

Dia da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Dia 26

Apresentação do Plano Lisboa 65+ da Câmara Municipal de Lisboa



Dia 30

Sessão de informação sobre Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, promovida pela CNIS para Associações do distrito de Lisboa, n'A Voz do Operário.

FEVEREIRO 2024

Dia 13

Carnaval

MARÇO 2024

Dia 1

Eleições UDIPSS Lisboa

ATÍPICA – NOVA MARCA DA APPDA

A Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo foi uma das instituições premiadas na edição 2023 do Prémio BPI Fundação “la Caixa” Capacitar, com o projeto “Clínica Autismo”.



No dia 15 de novembro, a APPDA apresentou a nova marca, “Atípica”, que junta os serviços de Diagnóstico e Intervenção, e a Formação e Consultoria.

CICLO DE PARTILHA - MEMÓRIA E SAÚDE MENTAL EM CONTEXTO DE ERPI

No âmbito do projeto UP Sénior, Dinamizar para Minimizar, decorreu mais um Ciclo de Partilha nos Inválidos do Comércio, no dia 21 de novembro, desta vez sobre Memória e Saúde Mental. A conversa foi orientada pelo psiquiatra Luís Afonso.



EXPOSIÇÃO SOLIDÁRIA

A Associação Quinta Essência promoveu uma Exposição e Venda Solidária, que esteve patente entre 17 e 23 de dezembro de 2023, na Galeria do Coletivo 284, em Lisboa.

A exposição apresentou obras de arte de 86 artistas, nas categorias de pintura, cerâmica, escultura e fotografia. O evento resultou na angariação de cerca de 53 mil euros, destinados à Bolsa Social QE. A Instituição, sediada na Abrunheira, concelho de Sintra, atua na área da deficiência intelectual, desenvolvendo projetos de vida para pessoas com deficiência e/ou incapacidade, maiores de 18 anos de idade.



© Fotos: Facebook Quinta Essência



2024

FELIZ ANO NOVO!

Começamos o ano de 2024 envoltos na instabilidade do contexto mundial, provocada pelos conflitos e guerras, pela crise económica, social e política, que tem ecos em vários outros países, como é o caso de Portugal. E por cá ainda se junta a incerteza do futuro político e do que aí pode vir de mudanças na administração do País, com as legislativas antecipadas.

Importa lembrar, nesta altura de pré-campanha, que os partidos políticos e os seus dirigentes devem olhar para as Pessoas. As Pessoas que estão nas Instituições Sociais que formam o Estado Social.

Esperamos que seja um ano para cumprir Promessas.

Para a UDIPSS Lisboa será mais um ano para afirmar os seus valores e o trabalho que realiza em prol das suas Associadas.

Precisamos crescer e chegar a mais Instituições.


Queremos reforçar a nossa representatividade porque Juntos somos, sem dúvida, mais fortes e mais resilientes.


Que este seja um ano de União e de Esperança!



UNIÃO DISTRIITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL


 Rua Amílcar Cabral, nº7, r/c - D, 1750-018 Lumiar, Lisboa

 21 758 1024 (chamada para a rede fixa nacional)


 secretariado@udipss-lisboa.pt

Envie notícias e sugestões para o email: udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com

O Boletim da UDIPSS está disponível no site www.udipss-lisboa.pt

 www.udipss-lisboa.pt

 <https://www.facebook.com/UDIPSS.Lisboa.oficial>

 https://www.instagram.com/udipss_lisboa_oficial/